



Prefeitura Municipal de Ubá
ESTADO DE MINAS GERAIS

CORRESPONDÊNCIA
RECEBIDA EM

26/5/97

às 15:35 horas

Gilmar

MENSAGEM 010, DE 26.05.97

A C.L.J.R. e a C.E.S.A.S., bem como,
aos Eds. Antonio Carlos Jacoby, Fernando L.
Juncker e Edvaldo Baio.
v.s.m., 26/05/97.

Excelentíssimo Senhor
VEREADOR GERALDO BICALHO CALÇADO
Presidente da Câmara Municipal de Ubá
NESTA

Calçado
Vereador Geraldo Bicalho Calçado
Presidente da Câmara

Senhor Presidente,

Cumpre-nos encaminhar a V.Exa. o Projeto de Lei anexo, que "autoriza a abertura de Crédito Especial ao Orçamento do Município e dá outras providências".

Trata-se de Crédito adicional ao Orçamento que visa a propiciar a operacionalização fiscal e contábil, autônoma, do Fundo Municipal de Saúde de Ubá, instituído por intermédio da Lei 2.185, de 13 de setembro de 1991.

Desde a sua criação, os recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS) já vêm sendo administrados pelo Gestor do SUS e Presidente do Conselho Municipal de Saúde, sem, contudo, se desvincular do sistema contábil da Prefeitura.

O que se pretende, doravante, seguindo instruções dos técnicos do setor, é que a Prefeitura proceda nas Transferências dos recursos orçamentários destinados ao FMS às contas bancárias específicas do Fundo, hoje inoperantes, permitindo ao Gestor do SUS um maior controle sobre os recursos alocados à sua área de atuação, e, principalmente, uma agilização dos procedimentos e ações que visam ao aperfeiçoamento da política municipal de saúde, nos termos definidos pelo Conselho Municipal de Saúde.

Com isso, naturalmente, os recursos do FMS não serão mais contabilizados de forma englobada com os demais recursos públicos, merecendo um serviço distinto a ser consolidado ao serviço contábil do Município ao final de cada exercício. Embora distinta, a contabilização poderá ser executada pela Divisão de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Ubá, de forma a se evitar a contratação de pessoal exclusivamente para tal serviço.

Na prática, tal procedimento irá desburocratizar o repasse dos recursos ao FMS, não só por parte do Município, mas também de outras esferas administrativas, em decorrência de Convênios e Ajustes que vem sendo celebrados ao longo dos últimos anos, de forma a consolidar a melhoria dos serviços de saúde pública em Ubá, perseguida por intermédio da municipalização desses serviços.

Os setores técnicos da Prefeitura estimaram as Transferências municipais ao FMS, até o final do corrente ano em cerca de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), levando-se em conta o volume de aplicação nos últimos meses. Obviamente, não há quem vá pensar



Prefeitura Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

que será somente esse o montante de recursos a ser aplicado em Saúde em Ubá. O serviço está unificado pelo SUS e há outras Receitas, já mencionadas no art. 5º. da Lei Municipal 2.185, de 13 de setembro de 1991, que estamos anexando, por fotocópia.

Eis, pois, a matéria que oferecemos à consideração dos Senhores Vereadores, invocando a tramitação de urgência prevista no art. 83 da Lei Orgânica Ubaense.

Atenciosamente,


NARCISO PAULO MICHELLI
Prefeito de Ubá

Ubá, MG, 26 de maio de 1997.



Prefeitura Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI No. 038/99, de 26.05.97
(Ref.: Mensagem no. 010, de 26.05.97)

Autoriza a abertura de Crédito Especial ao Orçamento do Município e dá outras providências.

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial ao orçamento vigente, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), para atender às Transferências ao Fundo Municipal de Saúde, sob as seguintes dotações orçamentárias:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
02 - DIVISÃO DE SAÚDE PÚBLICA
13754282 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE
3.2.1.4.0 - TRANSFERÊNCIAS A FUNDOS.....R\$500.000,00

Art. 2º. Os Recursos para atender à abertura do Crédito Especial de que trata o artigo anterior são os mencionados no art. 43, parágrafo 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, e/ou os da Reserva de Contingência do Orçamento Municipal.

Art. 3º. As Receitas do Fundo Municipal de Saúde são as mencionadas no art. 5º, da Lei Municipal 2.185, de 13 de setembro de 1991.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ubá, MG, 26 de maio de 1997.


NARCISO PAULO MICHELLI
Prefeito de Ubá



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.185, de 13.09.91.

Institui o Fundo Municipal de Saúde de Ubá e dá outras providências.

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I
Dos Objetivos

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde de Ubá, que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, que compreendem:

I - o atendimento à saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado;

II - a vigilância sanitária;

III - a vigilância epidemiológica e ações de saúde de interesse individual e coletivo correspondentes;

IV - o controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho, em comum acordo com as organizações competentes das esferas federal e estadual;

V - o Programa de Suplementação Alimentar;

VI - a Assistência Farmacêutica;

VII - a Promoção Social.

SEÇÃO II
Da Subordinação do Fundo

Art. 2º - O Fundo Municipal de Saúde ficará subordinado diretamente ao Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social.

SEÇÃO III
Das Atribuições do Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social

Art. 3º - São atribuições do Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social:

I - gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;



II - acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;

III - submeter ao Conselho Municipal de Saúde o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;

V - encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VI - subdelegar competências aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede municipal;

VII - assinar cheques com o responsável pela Tesouraria, quando for o caso;

VIII - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IX - firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

SEÇÃO IV Da Coordenação do Fundo

Art. 4º - São atribuições do Coordenador do Fundo:

I - preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social;

II - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

III - manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo;

IV - encaminhar à contabilidade geral do Município:

- a) mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;
- b) trimestralmente, os inventários de estoques de medicamentos e de instrumentos médicos;
- c) anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo.

V - firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI - preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidos ao Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social;

VII - providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do



Fundo Municipal de Saúde;

VIII - apresentar, ao Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social, a análise e a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal de Saúde detectada nas demonstrações mencionadas;

IX - manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a saúde;

X - encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior;

XI - manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes da rede municipal de saúde;

XII - encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede municipal de saúde.

CAPÍTULO II

SEÇÃO V

Dos Recursos do Fundo

SUBSEÇÃO I

Dos Recursos Financeiros

Art. 5º - São receitas do Fundo:

I - as transferências oriundas do orçamento da Seguridade Social, como decorrência do que dispõe o art. 30, VII, da Constituição da República;

II - os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;

III - o produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

IV - o produto da arrecadação do Alvará de Funcionamento de estabelecimentos da área de atuação da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, fiscalização sanitária, multas e juros de mora por infrações ao Código de Posturas Municipal, bem como taxas que o Município vier a criar;

V - as parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o município tenha direito a receber por força de lei e de convênios no setor;

VI - as transferências oriundas de dotações orçamentárias do Município, para este fim;

VII - doações em espécie feitas diretamente para este Fundo;



VIII - as transferências oriundas do Orçamento Estadual prevista no Plano Estadual de Saúde;

§ 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I - da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;

II - de prévia aprovação do Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social.

SUBSEÇÃO II Dos Ativos do Fundo

Art. 6º - Constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde:

I - disponibilidades monetárias em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas especificadas;

II - direitos que porventura vier a constituir;

III - bens móveis e imóveis que forem destinados ao sistema de saúde do Município;

IV - bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus, destinados ao sistema de saúde;

V - bens móveis e imóveis destinados à administração do sistema de saúde do Município.

Parágrafo Único - Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

SUBSEÇÃO III Dos Passivos do Fundo

Art. 7º - Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do sistema municipal de saúde.

SEÇÃO VI Do Orçamento e da Contabilidade

SUBSEÇÃO I Do Orçamento

Art. 8º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamentais, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os princípios da universalidade do equilíbrio.

§ 1º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da Unidade.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará,



na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

SUBSEÇÃO II

Da Contabilidade

Art. 9º - A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema municipal de saúde, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 10 - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços e, conseqüentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 11 - A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1º - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão inclusive dos custos dos serviços.

§ 2º - Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e de despesa do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela legislação pertinente.

§ 3º - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

SEÇÃO VII

Da Execução Orçamentária

SUBSEÇÃO I

Da Despesa

Art. 12 - Imediatamente após a promulgação da Lei do Orçamento, o Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social, aprovará o quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do sistema municipal de saúde.

Parágrafo Único - As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento da sua execução.

Art. 13 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo Único - Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo.

Art. 14 - A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituirá de:

I - financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela Secretaria ou com ela conveniados;

II - pagamento de vencimentos, salários, gratificações



ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no art. 1º da presente Lei;

III - pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor saúde, observado o disposto no § 1º, art. 199, da Constituição Federal;

IV - aquisição de bens móveis e imóveis, material de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

V - construção, reforma, ampliação e locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços de saúde;

VI - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VII - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde;

VIII - atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de saúde mencionados no art. 1º da presente Lei.

SUBSEÇÃO II Das Receitas

Art. 15 - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

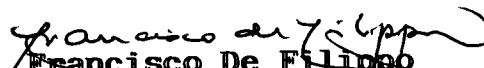
CAPÍTULO III Disposições Finais

Art. 16 - O Fundo Municipal de Saúde terá vigência ilimitada.

Art. 17 - As despesas decorrentes da implantação do Fundo de que trata a presente lei, no que couber ao Poder Público Municipal, correrão por conta de dotações do orçamento do Município e eventuais créditos especiais ou suplementares.

Art. 18 - Esta Lei entrará em vigor na data de assinatura do Convênio de Municipalização, da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, firmado entre a Prefeitura Municipal de Ubá, Secretaria de Estado da Saúde e Ministério da Saúde (INAMPS).

Ubá, MG, 13 de setembro de 1991.


Francisco De Filippo
Prefeito Municipal